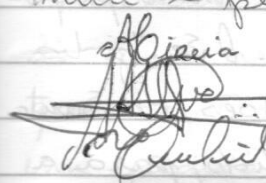


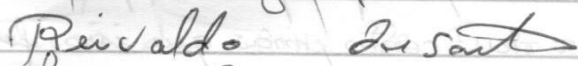
ATA n.º 06 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

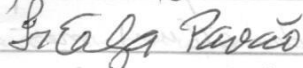
Aos 23 (vinte e três) dias do mes de fevereiro de 1996 (hum mil novecentos e noventa e seis), foi realizada a reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Relações Comunitárias, sito à Rua das Garças n.º 1019, com início às 19:00 horas. O Dr. Furlan iniciou a reunião, falando sobre as reclamações recebidas dos hospitais, sobre a distribuição das AIHs, e que foi feita uma reunião com os mesmos sobre a possibilidade de fazerem plantões, sendo que o hospital Nossa Sra de Lourdes, nada tem a oferecer, pois está em crise e já demitiu 30 funcionários e adaptou-se ao numero de AIHs oferecido. O hospital Sta Rita também não pode dar plantão, alegando falta de estrutura suficiente e também adequar-se ao numero de AIHs. O hospital Regional João de Freitas, já tem seu planejamento e pode até dar plantão, se tiver serviço ambulatorial, mais AIHs e outros beneficios. Fez também uma proposta de que poderia fazer atendimento ambulatorial na Secretaria de Saúde. A Santa Casa só dará plantão até o próximo dia 1º de março, por não ter como pagar os plantonistas, a não ser que haja algum repasse para custear as despesas do plantão, até ser resolvido o problema. Dr. Furlan falou ainda de se terceirizar os serviços na Secretaria de Saúde, mas é preciso também que sejam adquiridos os equipamentos necessários, para que se possa prestar serviços, digo, atendimento de plantão. Dr. Evaldo é de opinião, de que o serviço publico não está adequado para o atendimento, principalmente, o ambulatorial. O Dr. Ijido disse que o preço pago pelo S.U.S, é muito baixo, por isso é cobrada uma taxa, mas mesmo assim, não dá para cobrir as despesas com os plantonistas. O Dr. Evaldo lembrou que o número de consultas/ano, por pessoa, é baseada no teto financeiro de cada Município, e a Secretaria Estadual não aceita que esse teto seja ultrapassado. Falou também que, depois da instalação do Conselho Municipal de Saúde, houve uma melhoria em todos os hospitais, principalmente na área de infecção hospitalar e que todos os hospitais deveriam, por lei, dar atendimento pelo S.U.S.

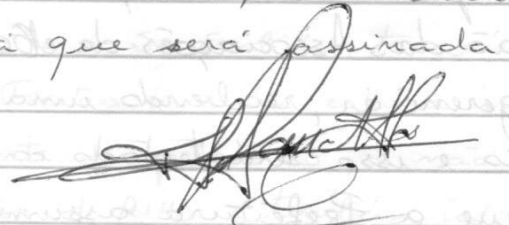
e dar plantão, mas não aceitam. O Conselho Municipal, tem autonomia para resolver qualquer questão, mas na prática, é difícil de se resolver. Ainda sobre o teto histórico, existe o problema de profissionais que deixaram de atender pelo S.U.S., e agora querem voltar, mas como não apresentaram serviço, não existe teto para esse atendimento. Os hospitais, de um modo geral, preferem fazer atendimento de alto custo, para poderem beneficiar-se de mais AHS, pois o serviço de ambulatório, é bem mais barato. O Sr. Reivaldo, sugeriu em se levar os problemas para a população, para que a mesma se conscientize dos mesmos e, quando houver um mal atendimento de profissionais, nos postos de saúde dos bairros, excluir esse profissional, deixar os que melhor atendem, mas também procurar pagá-los melhor. O Sr. José Lopes sugeriu que o Conselho Municipal, poderia ficar responsável pelo dinheiro do S.U.S. e repassá-lo para a Santa Casa, já que todo serviço ambulatorial é encaminhado à mesma. O Sr. Eurí Zanatta disse ser radical em sua opinião, de que todos os hospitais do Município deveriam dar plantão e o Conselho Municipal de Saúde, deveria fazer alguma coisa nesse sentido, pois a Santa Casa assumiu o plantão dos outros hospitais, mas mesmo cobrando uma taxa, que nem todos pagam, não está suportando a demanda. Dr. Evaldo concordou, dizendo que não justifica os hospitais não atenderem, alegando falta de estrutura e que também não existe nada assinado, como um convênio, com os hospitais, depois da municipalização da Saúde. Dr. Furlan falou que os hospitais poderiam atender as urgências, para depois encaminharem a outro hospital mais adequado, que poderiam dar o atendimento necessário ao paciente. Há também a necessidade de se ter profissionais competentes para atender a qualquer caso, pois todo profissional é, primeiramente, um clínico geral e tem obrigação de atender à todos. Falou ainda sobre a definição dos plantões, independentemente da distribuição das AHS, que poderiam retornar para a Secretaria e a mesma redistribuiria aos hospitais, dependendo do atendimento dos mesmos. E, como já foi falado em reunião anterior, os hospitais que atenderem um

paciente particular, não poderão interná-lo pelo S.U.S. A Secretaria de Saúde, terá que informatizar-se para ligar-se com a Central de Leitos, para saber exatamente onde e quando internar um paciente. Ficou também acertado, que uma Comissão do Conselho Municipal, irá procurar o Poder Público, para pedir ajuda no repasse de verbas à Sta Casa, para o atendimento do plantão, até definir-se o que fazer. O Sr. Izídio deixou claro, que a Santa Casa não está pedindo essa verba, foi o Conselho que fez a sugestão. O Dr. Furlan irá, então, junto com mais alguns Conselheiros até a Prefeitura, para ver o que se pode fazer, digo, conseguir, entquanto não se pensar em outra possibilidade. Na próxima reunião, o Conselho deverá trazer outras sugestões, para que os Conselheiros possam estudar o problema. Nada mais havendo a tratar para o momento, a reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Bieira, laurei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais.

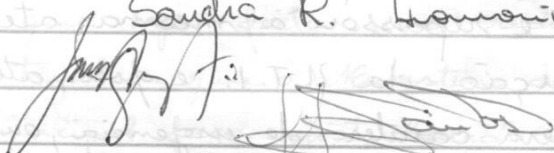

Rui Carlos Gonçalves


Rivaldo de Sant


Sílvia Pereira



Sandra R. Honorio


José F. F.

ATA nº 07 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 27 (vinte e sete) dias do mes março de 1.996 (hum mil novecentos e noventa e seis), foi realizada a reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências da Secretaria de Relações Comunitárias, sito à Rua das Garças nº 1019, com início às 19:30 horas. Dr. Furlan iniciou a reunião falando sobre o atendimento de ambulatórios, dizendo que, depois da municipalização, a Secretaria de Saúde assumiu toda a responsabilidade e que ainda não foi feita uma tercerização de serviços, pois o sistema é de gestão parcial e não semi-plena. Existe uma média de 2.67 (dois pontos sessenta e sete) por habitante, que daria de 12 a 14.000 consultas mensais, englobando consultas e internamentos. O Sistema Bipartite,